

AS RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS ENTRE A CHINA E
OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: Alguns
aspectos jurídicos e económicos

Economic and Trade Relations between China and African Portuguese-
speaking Countries: Some legal and economic aspects

Por (by)

Almeida Zacarias Machava

Doutoramento em Ciências Jurídicas Económicas

Doctor of Philosophy in Economic Juridical Sciences

2013



Faculdade de Direito

Faculty of Law

Universidade de Macau

University of Macau



AS RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS ENTRE A CHINA E
OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA:

Alguns aspectos jurídicos e económicos

Economic and Trade Relations between China and African Portuguese-
speaking Countries: Some legal and economic aspects

Por (by)

Almeida Zacarias Machava

SUPERVISOR: Prof. Doutor Manuel Porto

CO-SUPERVISORA: Prof^ª. Doutora Wei Dan

Doutoramento em Ciências Jurídicas Económicas

Doctor of Philosophy in Economic Juridical Sciences

2013

Faculdade de Direito

Faculty of Law

Universidade de Macau

University of Macau

Author's right 2013 by
MACHAVA, Almeida Zacarias







AGRADECIMENTOS

A realização do trabalho agora apresentado não teria sido possível se não tivesse obtido o apoio e encorajamento de várias pessoas, a quem quero endereçar o meu profundo agradecimento.

Começo por agradecer à Universidade de Macau por me ter dado a oportunidade de realizar os meus estudos de Doutoramento nesta instituição concedendo-me a bolsa de estudos sem a qual esta experiência não teria sido possível.

Aos meus familiares, que apesar da distância sempre estiveram presente em cada momento, desde o início do estudo, dando o seu apoio e encorajamento constante.

Estou profundamente grato aos meus supervisores o Prof. Doutor Manuel Porto e a Prof^{ta}. Doutora Wei Dan pelo inestimável apoio e orientação, bem como pelas valiosas observações e comentários que, juntamente com seu estímulo e saber, tornaram esta experiência mais aprazível de seguir.

A minha gratidão vai também para os delegados dos PALOP no Fórum de Macau, nomeadamente à Senhora Esmeralda Patrício, ao Senhor Joaquim Gama e ao Senhor Mário Vicente, delegados de Moçambique, Angola e Cabo Verde, respectivamente, pelo apoio, informações e materiais bastante úteis para o estudo.

A minha estima e profundo agradecimento vai igualmente para Yolanda Mavie, pelo apoio e motivação diária desde o primeiro dia dos estudos.

Por fim, mas não menos importante, quero expressar o meu agradecimento a todos que directa ou indirectamente, tornaram possível a realização do trabalho, ao corpo docente e ao pessoal técnico-administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Macau e aos meus colegas e amigos que por serem muitos não me é possível identificá-los neste espaço. A todos o meu muito obrigado!



Resumo

A passagem do século XX para XXI marcou uma nova era nas relações económicas e comerciais entre a China e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Impulsionadas pela aproximação da China, por um lado, ao continente africano, através do Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC) e, por outro lado, aos países de língua portuguesa (PLP), através do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), nos últimos 10 anos as trocas comerciais entre a China e os PALOP têm estado a desenvolver-se dentro de um quadro de crescimento exponencial. No entanto, os dois níveis em que podem ser avaliadas as relações económicas e comerciais entre a China e os PALOP fazem com que, do ponto de vista jurídico, o seu estudo seja uma tarefa difícil. No presente trabalho procura-se explorar a dimensão jurídica das relações plurilaterais entre a China e os PALOP, tentando identificar o regime jurídico que as sustenta, bem como a sua natureza. Do estudo realizado, o autor conclui que, desenvolvidas essencialmente no quadro de Declarações e Planos de Acção adoptados nas Conferências Ministeriais do FOCAC e do Fórum de Macau, as relações entre a China e os PALOP têm sido desenvolvidas no quadro do chamado 'soft law' e que apesar dos resultados positivos no plano económico e comercial, elas precisam ainda de um quadro jurídico mais consistente e eficaz. É nesta perspectiva que o autor sugere a criação de uma zona de comércio livre, na qual seria definido o regime jurídico harmonizado para sustentar as relações económicas e comerciais entre a China e os PALOP. Esta zona de comércio livre e respectivo regime jurídico harmonizado poderia esclarecer a questão da natureza jurídica, uma vez que esta ainda não é clara no contexto actual onde pelo menos duas percepções sobressaem,

designadamente a que as concebe como relações de cooperação e a que as concebe como relações de ajuda ou assistência.

Palavras-chave: *China, PALOP, FOCAC, Fórum de Macau, zona de comércio livre, integração jurídica.*



Abstract

The passage from the twentieth to the twenty first century marked a new era in the economic and trade relations between China and African Portuguese speaking countries (PALOP). Driven by China's approach, on the one hand, to Africa through the Forum for China-Africa Cooperation (FOCAC) and, on the other hand, to the Portuguese-speaking countries (PLP), through the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and the Portuguese-speaking Countries (Macau Forum), in the last 10 years trade between China and the PALOP has been developed within a framework of exponential growth. However, from the legal point of view, the two levels in which the economic and trade relations between China and the PALOP can be evaluated make the study a difficult task. In this thesis, we explore the legal dimension of the plurilateral relations between China and the PALOP, trying to identify the legal regime that supports them, as well as their nature. From the study, the author concludes that, essentially developed under Declarations and Plans of Action adopted at the Ministerial Conferences of FOCAC and the Macau Forum, relations between China and the PALOP have been developed within the framework of the so-called 'soft law' and despite positive economic and trade results, they still need a more efficient and consistent legal framework. It is in this perspective that the author suggests the creation of a free trade area, which would set an harmonized legal framework to support the economic and trade relations between China and the PALOP. This free trade area and its harmonized legal regime would clarify the issue concerning the nature, since this is still not clear in the current context where at least two conceptions emerge, namely the one conceiving them as relations of cooperation and another that conceives them as aid or assistance relations.

Key-words: *China, PALOP, FOCAC, Macau Forum, free trade area, legal integration.*



DECLARAÇÃO

Declaro que a tese aqui submetida é original, excepto para as fontes de materiais explicitamente reconhecidas e que esta tese como um todo ou qualquer parte dela não foi previamente submetida para o mesmo grau ou para grau diferente.

Reconheço também que li e entendi as Regras sobre o Tratamento da Desonestidade Académica dos Estudantes e o Regulamento da Disciplina do Estudante da Universidade de Macau.



ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Declaração	vii
Lista de Tabelas.....	xiv
Acrónimos e Abreviaturas	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
1. Plano geral	1
2. Plano específico	2
3. Objectivos	5
4. Metodologia.....	6
5. Potencial contribuição	7
6. Organização do trabalho	8
7. Declaração de originalidade	13
CAPÍTULO I: O SISTEMA MULTILATERAL DO COMÉRCIO E OS DESAFIOS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	16
1. Globalização e o desenvolvimento do sistema multilateral do comércio (multilateralismo)	16
2. O multilateralismo e as outras formas de relacionamento económico entre os Estados	32
2.1. Bilateralismo	32
2.2. Regionalismo	36
2.3. Outros acordos e/ou compromissos internacionais	47
3. A nov(íssim)a ordem económica internacional e o papel dos países em desenvolvimento	51

3.1. O significado da Ronda de Doha da OMC	51
4. Os desafios do sistema multilateral do comércio para os países em desenvolvimento	64
4.1. A liberalização económica unilateral: mecanismos e limitações	65
CAPÍTULO II: A CHINA E A ECONOMIA INTERNACIONAL	76
1. A China no sistema multilateral do comércio	76
2. As reformas das políticas e dos regimes económico e do comércio externo na China	90
CAPÍTULO III: A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NOS PALOP	114
1. A liberalização económica nos países africanos de língua oficial portuguesa e evolução normativa em matéria de investimento estrangeiro	114
1.1. O regime jurídico do investimento estrangeiro nos PALOP	134
1.2. O regime de resolução de conflitos em matéria de investimento	184
2. Regime de comércio externo nos PALOP	191
CAPÍTULO IV: AS RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS ENTRE A CHINA E OS PALOP	204
1. As relações económicas entre a China e África: o FOCAC	205
2. As relações económicas entre a China e os PALOP: o Fórum de Macau ..	224
2.1. O papel de Macau no desenvolvimento das relações económicas entre China e os PALOP	229
3. O regime jurídico e a dimensão jurídica das relações China-PALOP	232
3.1. Natureza jurídica das Declarações e Planos de Acção	253
3.2. Os acordos bilaterais entre a China e os PALOP	255
3.3. A dimensão jurídica das relações China-PALOP	261

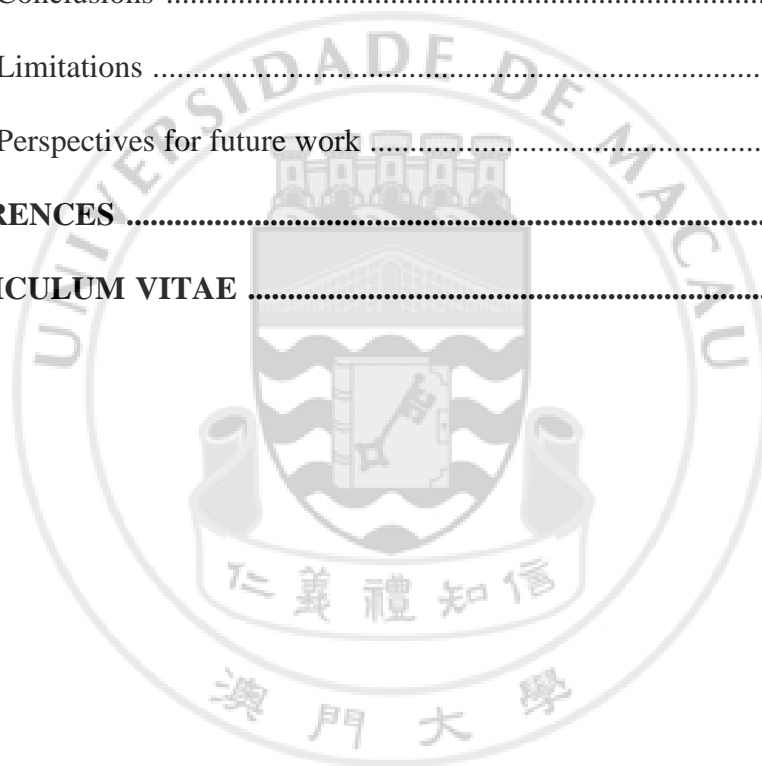
4. A natureza e lógica das relações económicas entre a China e os PALOP ..	265
5. As relações económicas entre a China e os PALOP no contexto do Sistema Multilateral do Comércio	283
6. O regime de resolução de conflitos	289
CAPÍTULO V: EM BUSCA DE UM MODELO PARA A INTEGRAÇÃO JURÍDICA NAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E OS PALOP.....	301
1. Um espaço de integração económica entre a China e os PALOP como base para integração jurídica	301
1.1. Que técnica de integração jurídica aplicar?	317
1.2. O que integrar: um olhar sobre as áreas prioritárias para integração jurídica	324
CONCLUSÕES	333
1. Conclusões	333
2. Limitações encontradas	348
3. Perspectivas de futuros estudos	349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	354
CURRICULUM VITAE	380

TABLE OF CONTENTS

Acknowledgements.....	i
Abstract	v
Declaration	vii
List of Tables	xv
Acronyms and Abbreviations	xviii
INTRODUCTION	1
1. General background	1
2. Specific background	2
3. Research goals and objectives	5
4. Research methodology and design.....	6
5. Potential contributions	7
6. Organization of the thesis.....	8
7. Statement of originality	13
CHAPTER I: MULTILATERAL TRADING SYSTEM AND CHALLENGES TO DEVELOPING COUNTRIES	16
1. Globalization and development of multilateral trading system	16
2. Multilateralism and other forms of economic relationships between State ..	32
2.1. Bilateralism	32
2.2. Regionalism	36
2.3. Other agreements and/or international arrangements	47
3. The new(ly) international economic order and the role of developing countries	51
3.1. The significance of the Doha Round of the WTO	51
4. Challenges of the multilateral trading system for developing countries	64

4.1. Unilateral economic liberalization: mechanisms and limitations	65
CHAPTER II: CHINA AND INTERNATIONAL ECONOMY	76
1. China in the multilateral trading system	76
2. Policies, economic and foreign trade regimes reforms in China	90
CHAPTER III: TRADE LIBERALIZATION AND FOREIGN INVESTMENT IN THE PALOP.....	114
1 Economic liberalization in the african portuguese-speaking countries and normative evolution on foreign investment	114
1.1. Legal regime of foreign investment in the PALOP	134
1.2. Dispute settlement legal framework on investment	184
2. Foreign trade regime in the PALOP	191
CHAPTER IV: ECONOMIC AND TRADE RELATIONS BETWEEN CHINA AND THE PALOP	204
1. Economic relations between China and Africa: FOCAC	205
2. Economic relations between China and the PALOP: The Macau Forum ..	224
2.2. The role of Macau for the development of economic relations between China and the PALOP	229
3. Legal regime and legal dimension of China-PALOP relations	232
3.1. Nature of Declarations and Action Plans	253
3.2. Bilateral agreements between China and the PALOP	255
3.3. Legal dimension of China-PALOP relations	261
4. Nature and logic of economic relations between China and the PALOP ...	265
5. Economic relations between China and PALOP in the context of multilateral trading system	283
6. Dispute settlement regime	289

CHAPTER V: SEEKING FOR A MODEL FOR LEGAL INTEGRATION IN THE CHINA-PALOP RELATIONS	301
1. Economic integration area between China and PALOP as the basis for legal integration	301
1.1. Which method of legal integration to apply?	317
1.2. What to integrate: a look at the priority areas for legal integration	324
CONCLUSIONS	333
1. Conclusions	333
2. Limitations	348
3. Perspectives for future work	349
REFERENCES	350
CURRICULUM VITAE	380



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: <i>Exportações Mundiais de mercadorias por região e economias seleccionadas, 1948, 1953, 1963, 1973, 1983, 1993, 2003 e 2010</i>	88
Tabela 2: <i>Importações Mundiais de Mercadorias por Região e Economias seleccionadas, 1948, 1953, 1963, 1973, 1983, 1993, 2003 e 2010</i>	89
Tabela 3: <i>Volume das trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Julho de 2012</i>	252



LIST OF TABLES

Table 1: <i>World Exports of goods by selected regions and economies 1948, 1953, 1963, 1973, 1983, 1993, 2003 and 2010</i>	88
Table 2: <i>World Imports of goods by selected regions and economies 1948, 1953, 1963, 1973, 1983, 1993, 2003 and 2010</i>	89
Table 3: <i>Value of trade between China and Portuguese-speaking countries from January to July 2012</i>	252



ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola

BRICSA – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCS – Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch

CEA – Comunidade Económica Africana

CEDEAO/ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIRDI – Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos

CIN – Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde

cit. – citado/citada

CLSTP - Comité para a Libertação de São Tomé e Príncipe

CNI – Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças

Arbitrais Estrangeiras

coord. – coordenador/coordenadora

COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique

CPI – Centro de Promoção de Investimentos

EAC – Comunidade da África Oriental

ECCAS – Comunidade Económica dos Estados da África Central

ed(s). – editor(es)/editora(s)

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FOCAC – Fórum para a Cooperação China-África

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio

GAZEDA – Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado de Moçambique

LPAC – Lei do Processo Administrativo Contencioso da China

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OIC – Organização Internacional do Comércio

OMC/WTO – Organização Mundial do Comércio

op. cit. – obra citada

OUA – Organização da União Africana

p. – página

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – países africanos de língua oficial portuguesa

PLP – países de língua portuguesa

pp. – páginas

PRE – Programa de Reabilitação Económica

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

REC – Comunidade Económica Regional

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

TRIPS – Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio

UA – União Africana

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

ACRONYMS AND ABBREVIATIONS

- ANIP – National Agency for Private Investment of Angola
- BRICSA – Brazil, Russia, India, China and South Africa
- CCS – Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch.
- CEA – African Economic Community
- CEDEAO/ECOWAS – Economic Community of Western Africa States
- CIRDI – International Centre for Settlement of Investment Disputes
- CIN – International Business Centre of Cape Verde
- cit. – cited
- CLSTP – Committee for Liberation of São Tomé e Príncipe
- CNI – New York Convention for Recognition and Enforcement of International
Arbitral Awards
- coord. – coordinator
- COREMO – Revolutionary Committee of Mozambique
- CPI – Centre for Promotion of Investments of Mozambique
- EAC – East Africa Community
- ECCAS – Economic Community of Central Africa States
- ed(s). – editor(s)
- FNLA – National Front for Liberation of Angola
- FOCAC – Forum for China-Africa Cooperation
- FRELIMO – Front for Liberation of Mozambique
- GATS – General Agreement on Trade in Services
- GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
- GAZEDA – Special Economic Zones Office of Mozambique

LPAC –Administrative Litigation Procedure Law of China

MLSTP – Movement for Liberation of Sao Tome and Principe

MPLA – People’s Movement for Liberation of Angola

NEPAD – New Partnership for Africa Development

OIC – International Trade Organization

OMC/WTO – World Trade Organization

Op. cit. – cited book

OUA – Organization of African Union

p. – page

PAIGC – African Party for Independence of Guinea and Cape Verde

PALOP – African Portuguese-speaking countries

PLP – Portuguese-speaking countries

pp. – pages

PRE – Economic Rehabilitation Program

RAEM – Macau Special Administrative Region

REC – Regional Economic Community

SADC – Southern Africa Development Community

TRIPS – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

UA – African Union

UEMOA – Economic and Monetary Union of West Africa

UNITA - National Union for Full Independence of Angola